



CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE  
PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO – CRSNSP



229ª Sessão

Recurso nº 6975

Processo Susep nº 15414.000204/2015-41

**RECORRENTE:** ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS UNIVERSITÁRIOS DO  
BRASIL - APLUB

**RECORRIDA:** SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP

**EMENTA:** Pedido de Revisão. Ausência de fato novo. Alegação de prescrição  
extemporânea. Pedido não conhecido.

**PENALIDADE ORIGINAL:** Multa no valor de R\$ 17.000,00.

**BASE NORMATIVA:** Art. 9º da Lei Complementar nº 109/2001.

**ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 5841/16.** *Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, não conhecer do pedido de revisão da Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil – APLUB, nos termos do voto da Relatora.*

Participaram do julgamento os Conselheiros Ana Maria Melo Netto Oliveira, Paulo Antonio Costa de Almeida Penido, Carmen Diva Beltrão Monteiro, Marcelo Augusto Camacho Rocha, Marco Aurélio Moreira Alves e Valéria Camacho Martins Schmitke. Presentes o Senhor Representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. José Eduardo de Araújo Duarte, a Secretária-Executiva, Senhora Cecília Vescovi de Aragão Brandão, e a Secretária-Executiva Adjunta, Senhora Theresa Christina Cunha Martins.

Sala das Sessões (RJ), 19 de maio de 2016.

  
**ANA MARIA MELO NETTO OLIVEIRA**

Presidente

  
**VALÉRIA CAMACHO MARTINS SCHMITKE**  
Relatora

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE  
PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO.



Processo SUSEP nº 15414.000204/2015-41

Recurso ao CRSNSP nº 6975

Recorrente: Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB

Conselheira Relatora: Valéria Camacho Martins Schmitke

V O T O

O art. 65 da Lei nº 6.784/99 admite a revisão dos processos administrativos sancionadores, "quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada".

O mesmo princípio foi repetido pelo art. 131 da Resolução CNSP nº 243/11.

Portanto, para que seja possível o pedido de revisão é imprescindível o surgimento de fato novo ou de circunstância justificadora do pedido. No caso, não existe fato novo que justifique a reabertura ou reconsideração do acórdão anterior. A alegação de prescrição é extemporânea e está "preclusa", emprestando um termo do processo civil.

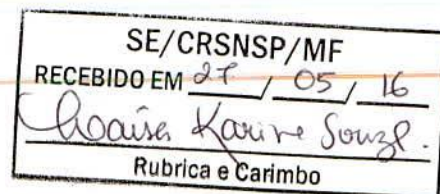
O pedido de revisão limitou-se a indicar a ocorrência de prescrição e a transcrever jurisprudência de apoio a seu pleito, sem sequer indicar em que momento tal prescrição teria ocorrido.

Como bem reconheceu o parecer da Representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a recorrente não anexou aos autos nenhum documento, nem indicou qualquer fato novo que pudesse justificar seu pedido de revisão.

Deste modo, o pedido de revisão não pode ser admitido.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2016.

**Valéria Camacho Martins Schmitke**  
Conselheira Relatora







CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE  
PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO.

Processo SUSEP nº 15414.000204/2015-41

Recurso ao CRSNSP nº 6975

Recorrente: Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB

Conselheiro Relator: André Leal Faoro

**RELATÓRIO**

Pela petição de fls. 01/09, a Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil – APLUB, inconformada com a decisão deste Conselho proferida no processo SUSEP nº 15414.001173/2007-35, Recurso CRSNSP nº 5097, julgado na 188ª Sessão, apresentou um “pedido de revisão e esclarecimento”, tendo como fundamento o art. 65 da Lei nº 9.784/99 c/c o art. 131 da Resolução CNSP nº 243/11.

A petição de revisão foi inicialmente autuada no processo SUSEP nº 15414.001173/2007-35, mas dele foi desentranhada para que o pedido prosseguisse em autos apartados, tendo sido, então, aberto o presente processo, do qual consta a cópia integral do procedimento anterior.

Após sustentar, em preliminar, sobre o cabimento do pedido de revisão, a entidade aborda o mérito alegando ser necessária a revisão da decisão combatida em virtude da ocorrência de prescrição.

Segundo o pedido, teriam ocorrido duas espécies de prescrição, a saber: (a) prescrição intercorrente, pois teria decorrido entre a representação e a decisão definitiva prazo de mais de três anos, e (b) prescrição da pretensão punitiva da Administração porque entre a prática do ato infracional e a penalização decorreram mais de cinco anos.

A Representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional manifestou-se duas vezes sobre o assunto. A primeira vez, ainda no processo anterior, às fls. 216/217 (cópia nestes autos às fls. 23/24 e 247/248), tendo sido o parecer no sentido da rejeição do pedido, face à inexistência de fato novo e à não ocorrência de prescrição. A segunda vez às fls. 20/21, no mesmo sentido.

É o relatório.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2016

André Leal Faoro  
Conselheiro Relator

